

## **CERTIFICO:**

**UM** - Que a fotocópia apensa, a este certificado, está em **conformidade** com o original. \_\_\_\_\_

**DOIS** - Que foi **extraída** neste Cartório da escritura exarada de folhas **trinta e seis** a folhas **trinta e sete** do livro de notas para escrituras diversas número **CENTO E VINTE E DOIS - A** e respetivo documento complementar que dela faz parte integrante. \_\_\_\_\_

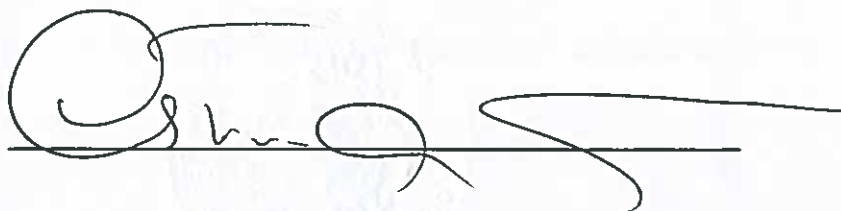
**TRÊS** - Que ocupa **catorze** páginas, as quais têm aposto o selo branco deste Cartório, e estão todas numeradas e por mim, rubricadas.

Lisboa, vinte e sete de março de dois mil e dezoito.

**A Técnica de Notariado,**

**Cristina Maria Gomes Pereira**

Inscrita na Ordem dos Notários, sob o número 332/12, conforme autorização do Notário *Frederico Fernandes Soares Franco*, publicitada no sítio da Ordem dos Notários em 02-01-2017.



**CONTA:**

Registada sob o nº 558

Conferida

Foi emitido recibo



## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DE FUNDAÇÃO

\_\_\_\_ No dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Cartório Notarial sito na Avenida Fontes Pereira de Melo, número vinte e um, terceiro andar, em Lisboa, perante mim, **Frederico Fernandes Soares Franco**, respetivo Notário, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **JORGE MANUEL DA COSTA PINHEIRO LÍBANO MONTEIRO**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, residente na Av.<sup>a</sup> Rio de Janeiro, n.º 48, 3.º Esq.º, Lisboa, titular do cartão de cidadão número 08441375 1 ZZ7, válido até 28-06-2022 pela República Portuguesa; e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **MIGUEL DE RAIMOND DA SILVA AMADO**, viúvo, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Travessa do Alto das Vinhas, n.º 8, Colares, Sintra, titular do cartão de cidadão número 01084539 9 ZY0, válido até 09-09-2019, emitido pela República Portuguesa, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ que outorgam na qualidade de membros do conselho de administração, que se mantêm em funções, conforme declararam sob sua responsabilidade, da fundação com a denominação "**FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO**", também designada abreviadamente por "Fundação" ou "FEC", com sede na Quinta do Cabeço, porta D, freguesia de Moscavide e Portela, concelho de Loures, pessoa coletiva de utilidade pública matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 502.868.783, sendo também uma pessoa jurídica canónica, já existente antes da entrada em vigor da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em dezoito

2/1/7

de maio de dois mil e quatro, com estatutos integralmente substituídos por escritura lavrada em quinze de julho de dois mil e onze, a folhas cento e vinte e dois do livro de notas para escrituras diversas número quarenta e oito-A; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ qualidade e poderes que verifiquei, pelos respetivos estatutos em vigor, patentes na mencionada escritura, por certidão permanente do registo comercial, que nesta data consultei em *www.portaldocidadao.pt*, através do código de acesso 2711-3622-7359, de que **arquivo** impressão por ata de reunião do conselho de fundadores, e credencial emitida pela Conferência Episcopal Portuguesa, documentos de que **arquivo** públicas-formas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **E POR ELES FOI DITO:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, pela presente escritura e em conformidade com o deliberado pelo conselho de fundadores da Fundação, em reunião de catorze de setembro de dois mil e dezassete, alteram os estatutos da referida Fundação, em especial no que respeita à sua sede, que passará a localizar-se na Quinta do Bom Pastor, Estrada da Buraca, 8 a 12, 1549-025 Lisboa, na freguesia de Benfica, concelho de Lisboa, bem como à composição do conselho de administração e sua competência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, na sequência das referidas alterações, os referidos estatutos são totalmente substituídos e passam a ter a redação integral e consolidada, que consta do documento complementar, que **arquivo** como parte integrante da

presente escritura, cujo conteúdo conhecem perfeitamente, pelo que se dispensa a sua leitura. \_\_\_\_\_

**ASSIM OUTORGARAM.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Consultei em [www.portaldocidadão.pt](http://www.portaldocidadão.pt) através do código de acesso 7041-3204-1670, o certificado de admissibilidade de firma ou denominação n.º 2018001214, emitido em 18-01-2018, de que arquivo impressão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ADVERTI** da sujeição a registo e da necessidade de inscrição das presentes alterações no ficheiro central de pessoas coletivas, dentro do prazo de validade do referido certificado de admissibilidade de firma ou denominação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na sua presença simultânea.

*756-MA*  
*Impul de Reinard da Silva Azevedo*  
O Notário,  
*Paulo S. F.*

Conta registada sob o n.º 557 *h*

Date	Description
1912	...
1913	...
1914	...
1915	...
1916	...
1917	...
1918	...
1919	...
1920	...
1921	...
1922	...
1923	...
1924	...
1925	...
1926	...
1927	...
1928	...
1929	...
1930	...
1931	...
1932	...

6/8  
1/4

DOCUMENTO COMPLEMENTAR da escritura lavrada em vinte e sete de março de dois mil e dezoito, a folhas trinta e seis do livro cento e vinte e dois-A, para escrituras diversas do Cartório Notarial de Frederico Fernandes Soares Franco, em Lisboa. \_\_\_\_\_

**ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO** \_\_\_\_\_

**Capítulo I – NATUREZA E FINS** \_\_\_\_\_

**Artigo 1º** \_\_\_\_\_

A Fundação Fé e Cooperação (FEC), adiante designada por Fundação, é uma instituição canónico-civil de direito privado, sem fins-lucrativos que se rege pelos presentes Estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais específicas da sua natureza jurídica. \_\_\_\_\_

**Artigo 2º** \_\_\_\_\_

1. A Fundação tem por missão promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas. Enquanto organismo da Igreja Católica em Portugal, a FEC realiza a sua missão operando como uma ampla rede de diálogo, mobilização, cooperação e sensibilização entre pessoas, comunidades e Igrejas, em particular dos países lusófonos. \_\_\_\_\_

2. Nessa linha, compete à Fundação contribuir para a realização e o incremento de ações de carácter cultural e educacional, procurando o desenvolvimento integral dos povos e a continuidade, valorização e consolidação dos laços religiosos, históricos e culturais mantidos desde há cinco séculos. \_\_\_\_\_

**Artigo 3º** \_\_\_\_\_

Incumbe especificamente à Fundação: \_\_\_\_\_

3  
2

\_\_\_\_\_ a) Apoiar a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal (CIRP), nas vertentes da missionação e da cooperação com outras Igrejas e povos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Promover e apoiar autonomamente ações de cooperação com as Igrejas e as instituições culturais lusófonas, em espírito de fraternidade e solidariedade entre os povos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Apoiar entidades e atividades de investigação, estudo e difusão de conhecimentos para a revitalização da consciência missionária, de cooperação e de entendimento multicultural; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Realizar atividades de formação e de intercâmbio de pessoas, com vista à prossecução dos fins da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Proporcionar o acolhimento em Portugal às pessoas provenientes das igrejas e instituições que se encontrem no âmbito da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artigo 4º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Fundação é perpétua e tem a sua sede na Quinta do Bom Pastor, Estrada da Buraca, 8 a 12, 1549-025 Lisboa, freguesia de Benfica, concelho de Lisboa, Portugal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Na medida em que o seu desenvolvimento o justifique, pode a Fundação criar dependências ou delegações onde se torne necessário ou conveniente para a consecução da respetiva missão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Capítulo II – PATRIMÓNIO E RECEITAS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artigo 5º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. A Fundação foi instituída pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), pela Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos (CNIR) e pela Federação Nacional das Superiores Maiores dos

2  
4



624  
2  
A

Institutos Religiosos Femininos (FNIRF), com um fundo inicial próprio de onze milhões de escudos cabendo cinquenta e dois por cento à CEP, vinte por cento à CNIR e vinte e oito por cento à FNIRF. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. O património da Fundação é constituído: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) Pelo fundo inicial; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ b) Pelas contribuições, periódicas ou não, e quaisquer outras liberalidades que venham a ser efetuadas pelos seus membros; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ c) Pelas contribuições ou subsídios de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ d) Pelos rendimentos dos seus bens próprios; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ e) Por todos os bens móveis e imóveis e direitos que ela adquirir com os rendimentos dos seus bens próprios ou que lhe advierem a outro título, nomeadamente em consequência de prestação de serviços. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. As receitas da Fundação destinam-se a: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) Custear o seu funcionamento; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ b) Subsidiar as atividades contidas nos seus fins gerais ou específicos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ c) Ser incorporadas no seu património. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Artigo 6º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 1. A Fundação goza de plena autonomia financeira, estando a respetiva ação apenas subordinada às regras de direito privado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A Fundação, no exercício das suas atividades, poderá: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) Aceitar quaisquer doações, heranças ou legados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ b) Adquirir, a título oneroso, bens móveis ou imóveis necessários à prossecução dos seus fins; \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*

2  
A

\_\_\_ c) Alienar bens móveis ou imóveis. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Capítulo III – MEMBROS** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 7º \_\_\_\_\_

\_\_\_ Os membros da Fundação distribuem-se por quatro grupos: fundadores; equiparados a fundadores; honorários e colaboradores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. São membros fundadores as entidades que assinaram o ato constitutivo da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Adquirem a qualidade de membros equiparados a fundadores as entidades e pessoas singulares que prestem, pela sua natureza ou pelas suas ações, um contributo inquestionavelmente relevante na concretização da missão estatutária da Fundação, devendo a respetiva admissão ser proposta por dois ou mais membros fundadores, ou equiparados a fundadores, e aprovada pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3. Adquirem a qualidade de membros honorários as entidades e pessoas singulares que comunguem na missão da Fundação e participem ativamente na concretização dos seus objetivos estatutários, devendo a respetiva admissão ser proposta por um ou mais membros fundadores ou equiparados a fundadores, ou pelo Conselho de Administração, e aprovada pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 4. Adquirem a qualidade de membros colaboradores as entidades e pessoas singulares que pretendam associar-se ao projeto da Fundação, devendo a respetiva admissão ser proposta por um ou mais membros da Fundação, de qualquer dos grupos indicados, e aceite pelo Conselho de Administração. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 8º \_\_\_\_\_

03/1  
2  
4

\_\_\_ 1. Constituem direitos de todos os membros: \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Participar nas atividades promovidas pela Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_ b) Utilizar os serviços de Fundação para apoio na elaboração e desenvolvimento de estudos e projetos de missionação e cooperação, assim como para o desenvolvimento de contactos com outros países, particularmente os lusófonos, de acordo com as possibilidades da Fundação em cada momento; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Utilizar os serviços de documentação e biblioteca da Fundação nas condições previstas no respetivo regulamento; \_\_\_\_\_

\_\_\_ d) Receber em condições especiais, as publicações e estudos publicados pela Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Cada membro tem o direito de participar e plena capacidade eleitoral em relação aos órgãos sociais a que, mercê da sua qualidade de membro, tenha acesso ou para o qual tenha sido designado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 9º \_\_\_\_\_

\_\_\_ Os membros da Fundação devem respeitar e defender as orientações da Igreja Católica e, especificamente, a sua doutrina missionária. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Capítulo IV – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 10º \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Fundação tem os órgãos seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Conselho de Fundadores; \_\_\_\_\_

\_\_\_ b) Conselho de Assessores; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Conselho de Administração; \_\_\_\_\_

\_\_\_ d) Conselho Fiscal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Secção I – Conselho de Fundadores** \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

\_\_\_ Artigo 11º \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Conselho de Fundadores é o órgão que define as grandes linhas de orientação da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 12º \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. O Conselho de Fundadores é constituído: \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Pelo Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, que preside;

\_\_\_ b) Pelos Presidente e Vice-Presidente da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Pelos membros equiparados a fundadores ou, sendo estes entidades, por um membro representante de cada um deles. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Ao Conselho de Fundadores podem ser agregados os membros seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Dois a cinco membros designados pela Conferência Episcopal Portuguesa; \_\_\_\_\_

\_\_\_ b) Dois a quatro membros designados pela Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Até três membros honorários designados pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 13º \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. Compete ao Conselho de Fundadores: \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Aprovar alterações aos Estatutos; \_\_\_\_\_

\_\_\_ b) Nomear e exonerar os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Assesores; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Definir e estabelecer as orientações gerais de funcionamento da Fundação; \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

- \_\_\_ d) Discutir e aprovar o relatório de atividades e as contas de cada exercício; \_\_\_\_\_
- \_\_\_ e) Discutir e aprovar o orçamento e os planos de atividade apresentados pelo Conselho de Administração; \_\_\_\_\_
- \_\_\_ f) Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, a contração de empréstimos e concessão de garantias; \_\_\_\_\_
- \_\_\_ g) Aprovar a admissão de membros equiparados a fundadores e honorários; \_\_\_\_\_
- \_\_\_ h) Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à atividade da Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do número anterior, as alterações estatutárias quanto à deslocação de sede dentro do mesmo concelho, podem ser deliberadas pelo Conselho de Administração, ficando dependentes de deliberação do Conselho de Fundadores apenas as alterações de sede para outros concelhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 14º \_\_\_\_\_

- \_\_\_ 1. O Conselho de Fundadores só pode funcionar estando presentes pelo menos dois terços dos seus membros em efetividade de funções; \_\_\_\_\_
- \_\_\_ 2. As decisões do Conselho de Fundadores são tomadas por maioria absoluta dos votos; exige-se, porém, uma maioria qualificada de três quartos dos membros presentes nos casos seguintes: \_\_\_\_\_
  - \_\_\_ a) Exoneração dos vogais do Conselho de Administração e do Conselho de Assessores; \_\_\_\_\_
  - \_\_\_ b) Alteração de Estatutos da Fundação; \_\_\_\_\_
  - \_\_\_ c) Alienação de bens imóveis. \_\_\_\_\_

Handwritten initials or signature in the top left corner.

Handwritten number '2' and a checkmark in the top right corner.

\_\_\_ 2. Os membros do Conselho de Administração têm assento no Conselho de Fundadores, sem direito a voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3. O Conselho de Fundadores reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou mediante proposta de dois terços dos seus membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Secção II – Conselho de Assessores** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 15º** \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Conselho de Assessores constitui o órgão de apoio nos assuntos que respeitem à conceção, proposta ou apreciação de iniciativas, projetos e atividades em que se desdobre a consecução das finalidades estatutárias cometidas à Fundação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 16º** \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. O Conselho de Assessores é composto por um Presidente e um máximo de oito vogais propostos pelo Conselho de Administração e aceites pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. O Conselho de Assessores pode agregar especialistas de reconhecido mérito à execução de tarefas pontuais de que seja incumbido. \_\_\_

\_\_\_ **Artigo 17º** \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Compete ao Conselho de Assessores:** \_\_\_\_\_

\_\_\_ a) Sugerir iniciativas, projetos e atuações concretas que se insiram no escopo estatutário da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_ b) Habilitar a Fundação com pareceres e apoios técnicos sempre que para isso seja solicitado pelos órgãos sociais da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_ c) Acompanhar a realização de atividades específicas da Fundação, em colaboração com o Conselho de Administração. \_\_\_\_\_

125/11  
7 2  
A

\_\_\_\_ Artigo 18º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 1. O Conselho de Assessores reúne ordinariamente três vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo Conselho de Fundadores, de Administração ou por iniciativa do seu Presidente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. O Presidente do Conselho define as regras de funcionamento interno e a distribuição de funções pelos seus membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. O Conselho pode reunir e funcionar por secções em razão da especificidade dos assuntos a tratar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. O Conselho de Administração pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Assessores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Secção III – Conselho de Administração** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Artigo 19º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 1. O Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro ou seis vogais designados pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. De entre os vogais poderão ser indicados um ou dois vice-presidentes e um secretário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Artigo 20º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 1. Ao Conselho de Administração compete a gestão corrente da Fundação, observando as linhas gerais definidas pelo Conselho de Fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. Compete especialmente ao Conselho de Administração: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ a) Estabelecer a organização interna da Fundação e aprovar os regulamentos necessários ao seu bom funcionamento; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ b) Administrar o património da Fundação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ c) Preparar e submeter à aprovação do Conselho de Fundadores os \_\_\_\_\_

13  
8

2  
A

orçamentos, as contas e os planos de atividade; \_\_\_\_\_

\_\_\_ d) Contrair empréstimos e conceder garantias, conforme o artigo 13º alínea f); \_\_\_\_\_

\_\_\_ e) Representar a Fundação em juízo e fora dele; \_\_\_\_\_

\_\_\_ f) Proceder ao inventário anual do património e preparar o relatório e contas para serem apreciadas pelo Conselho Fiscal; \_\_\_\_\_

\_\_\_ g) Propor ao Conselho de Fundadores as incorporações do património; \_\_\_\_\_

\_\_\_ h) Aprovar a admissão de membros colaboradores; \_\_\_\_\_

\_\_\_ i) Deliberar a deslocação de sede da FEC, desde que dentro do mesmo concelho, conforme previsto no artigo 13.º n.º 2., e consequentes alterações estatutárias. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 21º \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. A Fundação fica obrigada em quaisquer atos ou contratos pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser o presidente ou o vogal em que ele expressamente delegar. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Nos assuntos reservados por estes Estatutos ao Conselho de Fundadores, o Conselho de Administração só pode vincular a Fundação se para isso for expressamente mandatado. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Secção IV – Conselho Fiscal** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 22º \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Conselho Fiscal é composto por três elementos designados para representar; \_\_\_\_\_

\_\_\_ - a Conferência Episcopal Portuguesa, que preside; \_\_\_\_\_



24  
86/2  
A

\_\_\_ - a Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal; \_\_\_\_\_  
\_\_\_ - outros membros equiparados a fundadores. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 23º \_\_\_\_\_

\_\_\_ Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o inventário, o relatório e as contas de cada exercício, assim como sobre a conformação da aplicação dos rendimentos aos fins estatutários. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Capítulo V – DISPOSIÇÕES GERAIS** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 24º \_\_\_\_\_

\_\_\_ O mandato dos membros dos órgãos previstos no capítulo IV, que não assumam essa qualidade por inerência do cargo que ocupam, têm uma duração de três anos, podendo ser renovados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 25º \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. Os membros do Conselho de Fundadores e do Conselho Fiscal são designados no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de aprovação dos presentes estatutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. O Conselho de Fundadores designa os membros do Conselho de Administração no prazo máximo de trinta dias a contar da data da sua constituição. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Artigo 26º \_\_\_\_\_

\_\_\_ Em caso da extinção, os valores e encargos existentes reverterem para as entidades fundadoras, na proporção do respetivo capital. \_\_\_\_\_

• 756-111A  
• António  
Fundador - Fundador

